

# CONCURSO PÚBLICO

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

### CARGO 2: ANALISTA MINISTERIAL

### ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### PROVA DISCURSIVA – PEÇA TÉCNICA

Aplicação: 4/8/2019

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Relatório final de análise contábil de depreciação do imobilizado na entidade XXX

#### Introdução

[Parágrafo introdutório acerca da finalidade do trabalho, incluindo a noção de depreciação, quando se inicia e quais fatores estão a ela associados]

Para a implantação da política contábil de depreciação do imobilizado na entidade governamental XXX, foi constituída pela diretoria da entidade uma equipe da qual participamos na qualidade de analista contábil. A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, inicia-se a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso e é ocasionada pelos seguintes fatores: a) deterioração física; b) desgastes **com** uso; e c) obsolescência. Após a realização de levantamento físico-financeiro no mês de março de 2019, defrontamo-nos com a situação descrita a seguir.

#### Situação encontrada

[Informações dos itens I a IV da situação apresentada]

#### Análise

A análise preliminar da situação encontrada revelou ~~índices de desperdício de recursos públicos~~ **que o registro dos bens imobilizados não está refletindo adequadamente a situação patrimonial da entidade**, consubstanciados **consubstanciada**:

- na ausência ~~de destinação de materiais~~ **de baixa contábil de bens** inservíveis **que não estão sendo mais usados pela entidade**;
- ~~nos custos da mão de obra alocada para o controle e manutenção dos bens inservíveis~~;
- **na falta de reconhecimento da depreciação dos bens que se encontram em uso, tanto os adquiridos no exercício quanto os adquiridos em exercícios anteriores**;
- ~~nos riscos de degradação ou perecimento de materiais inservíveis~~;
- **no fato de os bens adquiridos em anos anteriores apresentarem valores divergentes do valor justo**.

#### Recomendações

##### Questionamento (a)

Os bens ~~considerados inservíveis~~ **que não estão sendo mais utilizados** pela entidade — 10 ~~cadeiras~~ **mesas** e 5 ~~mesas~~ **cadeiras** — devem ser baixados como perda diretamente em contas de resultado.

##### Questionamento (b)

Os bens adquiridos em 2019 — 4 computadores — devem ser depreciados ~~pelo seu valor justo~~ **utilizando o método de depreciação escolhido pela entidade**, reconhecendo-se mensalmente uma variação patrimonial diminutiva (VPD) no resultado patrimonial em contrapartida a uma conta retificadora do ativo, em quotas que representam um duodécimo da taxa de depreciação anual do bem.

### Questionamento (c)

Para ~~Os~~ bens adquiridos em anos anteriores cujo valor contábil seja divergente do valor justo e depreciados, exige-se nova reavaliação, realizada por meio da elaboração de um laudo técnico por perito ou entidade especializada, ou, ainda, por meio de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores. Após ajustar seu patrimônio a valor justo, a entidade pode começar a depreciar os bens já utilizados estabelecendo-se como prazo de vida útil: (i) a metade do tempo de vida útil dessa classe de bens; ou (ii) o resultado de uma avaliação técnica que defina o tempo de vida útil pelo qual o bem ainda poderá gerar benefícios para o ente; ou (iii) o restante do tempo de vida útil do bem, levando-se em consideração a primeira instalação desse bem. Nesse caso, o controle patrimonial deverá ocorrer separadamente, tanto para os bens utilizados quanto para os adquiridos na condição de novos, construídos, ou produzidos, já que possuirão vida útil diferenciada (MCASP 8.ª edição).

#### Quesito 1

0 – Nada responde.

1 – Responde apenas qual é a finalidade do trabalho e explica que depreciação é declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração.

2 – Responde qual é a finalidade do trabalho, explica que depreciação é declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração e informa quando se inicia essa depreciação.

3 – Responde corretamente qual é a finalidade do trabalho e explica o que é depreciação, quando se inicia e quais fatores estão a ela associados.

#### Quesito 2

0 – Nada responde.

1 – Responde apenas que a análise da situação encontrada revelou ausência de baixa contábil de bens inservíveis que não estão sendo mais usados pela entidade.

2 – Responde apenas que a análise da situação encontrada revelou ausência de baixa contábil de bens inservíveis que não estão sendo mais usados pela entidade e falta de reconhecimento da depreciação dos bens que se encontram em uso, tanto os adquiridos no exercício quanto os adquiridos em exercícios anteriores.

3 – Responde corretamente ao que se pede, apresentando a análise de todas as falhas detectadas.

#### Quesito 3.1

0 – Não responde corretamente ao aspecto OU não o aborda.

1 – Indica, corretamente, que os bens inservíveis devem ser baixados como perda diretamente em contas de resultado.

#### Quesito 3.2

0 – Não responde corretamente ao aspecto OU não o aborda.

1 – Limita-se a indicar os bens adquiridos em 2019 devem ser depreciados utilizando o método de depreciação escolhido pela entidade.

2 – Responde que os bens adquiridos em 2019 devem ser depreciados utilizando o método de depreciação escolhido pela entidade E como essa depreciação deve ser reconhecida mensalmente.

#### Quesito 3.3

0 – Não responde corretamente ao aspecto OU não o aborda.

1 – Limita-se a informar que, para os bens adquiridos em anos anteriores com valor contábil divergente do valor justo, exige-se nova reavaliação, realizada por meio da elaboração de um laudo técnico por perito ou entidade especializada, ou, ainda, por meio de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores, SEM abordar o prazo de vida útil.

2 – Informa que, para os bens adquiridos em anos anteriores com valor contábil divergente do valor justo, exige-se nova reavaliação, realizada por meio da elaboração de um laudo técnico por perito ou entidade especializada, ou, ainda, por meio de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores, E aborda, de forma completa, as hipóteses de prazo de vida útil.

3 – Responde que, para os bens adquiridos em anos anteriores com valor contábil divergente do valor justo, exige-se nova reavaliação, realizada por meio da elaboração de um laudo técnico por perito ou entidade especializada, ou, ainda, por meio de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores, ABORDA, de forma completa, as hipóteses de prazo de vida útil E comenta que o controle patrimonial de bens novos e usados deve ser feito separado.